

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE XXXXX.**

Fulana de tal, nacionalidade, estado civil, filha de Pai de tal e de Mãe de tal, Profissão, portadora da cédula de identidade n.º XXXXXXXX, inscrita no CPF sob n.º XXXXXXXX, telefone: XXXXXX e **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, RG n.º XXXXX XXX/XX, inscrito no CPF sob n.º XXXXXXXX, ambos domiciliados e residentes no XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: XXXXXXXX, vêm, via *Defensoria Pública do Distrito Federal*, com fundamento no artigo 1º e seguinte da Lei 6.858/80, requerer o presente

ALVARÁ JUDICIAL

visando o encerramento da empresa **TAL** em nome da Requerente e do falecido **Fulano de tal**, que, quando em vida, tinha as seguintes qualificações: nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade n.º XXXXXX - XXX/XX, inscrito no CPF sob o n.º XXXXXXXX, passando a aduzir as razões que seguem:

DOS FATOS

Os Requerentes são filho e esposa do falecido **Fulano de tal**, cujo óbito deu-se em XX/XX/XXXX, conforme instrumento registrado sob matrícula XXXXXXXXXX do º Ofício de Notas e Protestos do XX - XXXXX - situado em XXXXXX.

Importante destacar que o falecido deixou outro filho, sr. Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, CNH nº XXXXXXXXXX DETRAN -XX , RG nº XXXXX XXX/XX, CPF nº XXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, o qual deverá ser intimado para se manifestar sobre o presente.

O extinto era casado com a Sra. Fulana de tal (doc.anexo), deixou dois filha, ora Requerentes, todavia não deixou bens a inventariar. No entanto, era sócio administrador da empresa Tal, CNPJ nº XXXXXXXX, conforme documentos em anexo.

Os Requerentes são herdeiros do falecido, conforme consta na certidão de óbito, sendo que necessitam com urgência dar baixa definitiva na empresa em nome do falecido e de sua viúva, pois a mesma encontra-se gerando débitos junto à Receita Federal do Brasil e à Secretaria de Fazenda do DF devido à inatividade, conforme documentos em anexo, os quais, inclusive, foram pagos pela viúva, ora Requerente.

Destarte, em face da impossibilidade de encerramento e baixa da empresa sem a devida autorização judicial, alternativa não teve os Requerentes senão buscar o Judiciário.

DO DIREITO

Necessária a intervenção judicial no sentido de autorizar os Requerentes a efetuar o encerramento da empresa, CNPJ nº XXXXXXXXXX, que já não mais funciona, em nome do “*de cujus*” **Sr.**

Fulano de tal, e da viúva **Fulana de tal**

E, o direito dos Requerentes é assegurado na jurisprudência:

PEDIDO DE ALVARÁ JUDICIAL FORMULADO PELA SÓCIA SUPÉRSTITE PARA PROMOVER A FORMALIZAÇÃO E BAIXA DA SOCIEDADE NA JUNTA COMERCIAL EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO OUTRO SÓCIO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERE O PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. CONTRATO SOCIAL QUE NÃO DISPÕE A RESPEITO DE MORTE DE UM DOS SÓCIOS. EXEGESE DO ARTIGO 1028 DO NCC. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE PELA MORTE DE UM DOS DOIS ÚNICOS SÓCIOS. SÓCIO FALECIDO COM PODERES, PRIVATIVAMENTE, DE GERÊNCIA. NECESSIDADE DE ALVARÁ PARA ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA SOCIEDADE JUNTO AOS ÓRGÃOS OFICIAIS. DESNECESSIDADE DE ABERTURA DE INVENTÁRIO. PROCEDIMENTO MERAMENTE ADMINISTRATIVO PERANTE A JUNTA COMERCIAL QUE NÃO EXIGE PROCESSO DE INVENTÁRIO. 1. Não havendo disposição a respeito da morte de um dos dois sócios no contrato social, aplica-se o disposto no artigo 1028 do NCC, segundo o qual extingue-se a sociedade. 2. Se ocorreu a morte de um dos dois únicos sócios, a representação da sociedade caberá ao sócio supérstite, e dispondo o contrato social que cabia privativamente a representação da sociedade pelo "de cujus", cabível a concessão de alvará judicial para o encerramento da sociedade, providência meramente administrativa que não implica necessariamente na abertura de inventário. (TJ-PR - AC: 2570223 PR Apelação Cível - 0257022-3, Relator: Marcos de Luca Fanchin, Data de Julgamento: 29/06/2004, Primeira Câmara Cível (extinto TA), Data de Publicação: 06/08/2004 DJ: 6680)

Por fim, destaca-se que a competência para tramitação do presente feito é da Vara Cível e não de Família, conforme julgado a seguir colacionado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PEDIDO DE REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES EM RAZÃO DA CONTINÊNCIA COM AS AÇÕES QUE TRAMITAM NO JUÍZO DA FAMÍLIA. DESNECESSIDADE. **Tendo em vista que a discussão extrapola a relação de natureza familiar, na medida em que não é a partilha das cotas sociais que***

é objeto da ação de prestação de contas, mas a movimentação financeira da empresa, inviável a remessa dos autos à Vara de Família e Sucessões. AGRADO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70053557906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 25/04/2013)

AÇÃO DE DISSOLUCAO DE SOCIEDADE COMERCIAL. APURACAO DE HAVERES. SOCIEDADE COMPOSTA PELO CASAL. SEPARAÇÃO. PARTILHA. COMPETENCIA. E DA VARA CIVEL A COMPETENCIA PARA A AÇÃO DE DISSOLUCAO DE SOCIEDADE COMERCIAL COM APURACAO DE HAVERES, EM EMPRESA CONSTITUIDA APENAS PELO MARIDO E MULHER. EMBORA TRAMITEM DEMANDAS NO AMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA, A CONTROVERSIA ALI DIZ COM A CONDICAÇÃO DE SOCIOS COMERCIAIS, RELEVANDO-SE A CAUSA DE PEDIR E O PEDIDO, QUE NENHUMA VINCULACAO TEM COM A JURISDICAÇÃO ESPECIALIZADA, ONDE OS OUTROS TEMAS ESTAO SENDO SOLVIDOS. AGRADO IMPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70003896149, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Carlos Teixeira Giorgis, Julgado em 13/03/2002)

Destarte, em face da impossibilidade de encerramento e baixa da empresa sem a devida autorização judicial, alternativa não teve os Requerentes senão buscar o Judiciário.

DOS PEDIDOS

ANTE O EXPOSTO, REQUER:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

c) A intimação do herdeiro **Fulano de tal**, residente no XXXXXXXXXX, CEP: XXX, para que, querendo, se manifeste sobre o presente;

d) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, autorizar os Requerentes, **por meio de Alvará Judicial** para efetuar o encerramento e baixa da empresa Tal, CNPJ nº XXXXXXXX, junto aos órgãos públicos do XXXXXX, União, Receita Federal e onde mais se fizer necessário;

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$ XXXXX (XXXX).

Nesses termos, Pedem deferimento.

XXXXXXXX, XX/XX/XXXX XX:XX:XX

Fulano de tal

Fulano de tal

Fulano de tal
DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)

-